

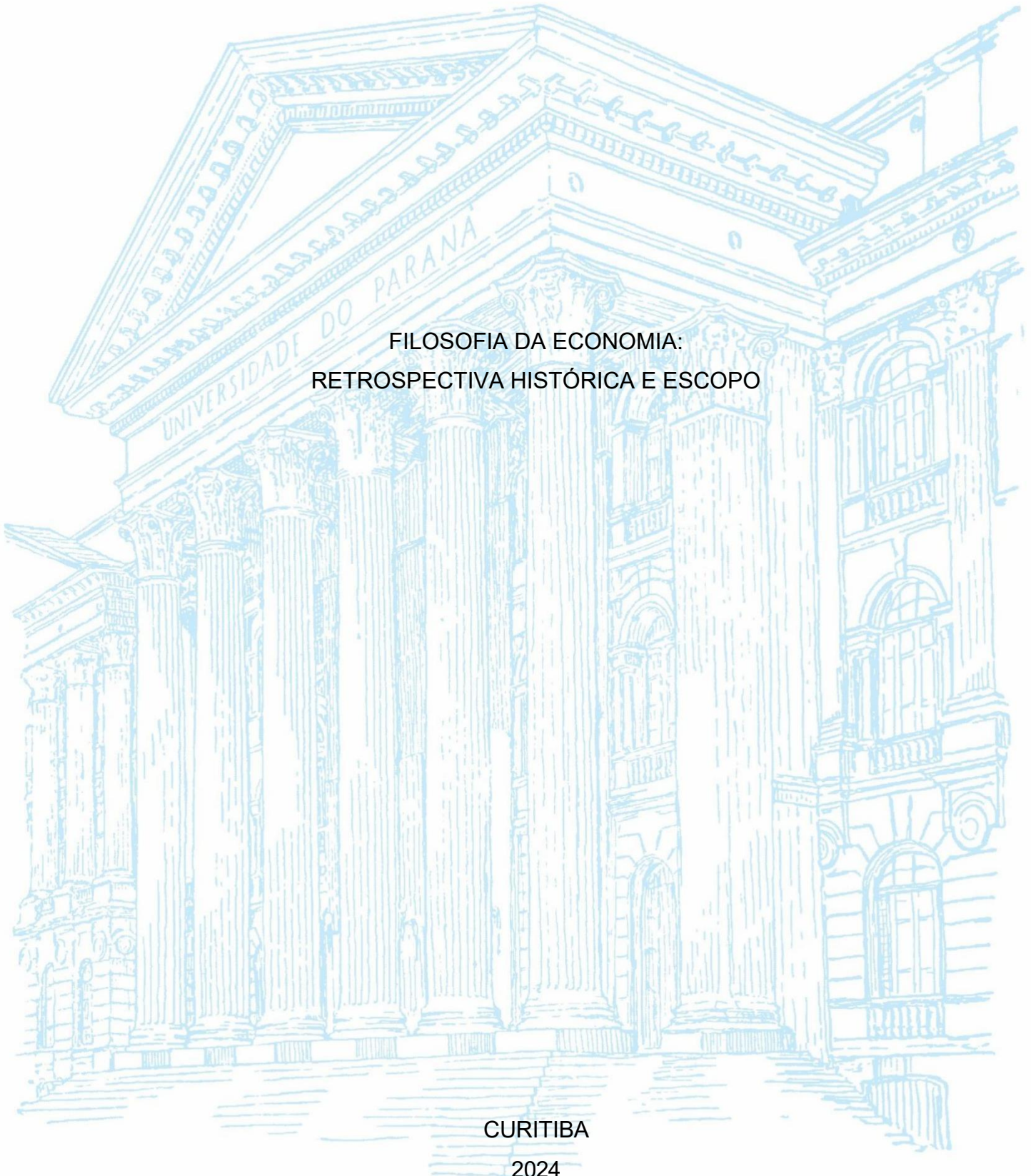
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JEAN CARLOS BERGAMASCO

FILOSOFIA DA ECONOMIA:  
RETROSPECTIVA HISTÓRICA E ESCOPO

CURITIBA

2024



JEAN CARLOS BERGAMASCO

**FILOSOFIA DA ECONOMIA:  
RETROSPECTIVA HISTÓRICA E ESCOPO**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientação: Prof. Dr. Victor Nunes Leal Cruz e Silva.

CURITIBA

2024

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho seria impossível sem o apoio e a contribuição de várias pessoas notáveis. Reconheço que, mais do que apenas expressar gratidão, é crucial ter consciência do que devemos agradecer. É com essa consciência que desejo aproveitar este espaço.

Lembrando o conselho schopenhaueriano de que só devemos escrever quando temos algo relevante a apresentar, neste momento crucial ao final do curso, quando somos desafiados a produzir um trabalho monográfico, o temor de parecer demasiado afetado ou ingênuo sempre aparece. Por isso, em primeiro lugar, expresso minha sincera gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Victor Cruz e Silva, cujo conhecimento e paciência foram fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento deste projeto.

Referir-se aos pais em um texto como este já é um clichê. No meu caso, porém, meu agradecimento vem acompanhado de uma compreensão mais profunda que a idade nos proporciona.

Gostaria também de estender meus agradecimentos à Dra. Monike Caroline, cujo profissionalismo e dedicação foram um apoio crucial que contribuiu significativamente para meu processo de autoconhecimento e individuação.

Por fim, mas igualmente significativo, gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos os que se dedicam a democratizar o conhecimento, tornando-o acessível a todos, muitos dos quais enfrentam detenções e perseguições políticas. Sem essas ferramentas, que rompem o monopólio dos grandes conglomerados editoriais, o acesso a grande parte da bibliografia deste trabalho seria praticamente impossível.

“Ich unterstelle natürlich Leser, die etwas Neues lernen, also auch selbst denken wollen.”

MARX, K. **Das Kapital**. Prefácio à primeira edição. 1867.

## **RESUMO**

A filosofia da economia emergiu como um campo específico de estudo a partir do último quartel do século XX, estabelecendo um diálogo entre a filosofia e a ciência econômica. Este trabalho fornece uma visão geral da filosofia da economia, utilizando o método de revisão da literatura. Estruturado em duas partes, inicialmente é feita uma breve introdução e conceituação do tema, seguido da sua relação com alguns desenvolvimentos da filosofia das ciências e de uma retrospectiva histórica. Na segunda parte, busca-se passar brevemente pelo escopo dentro do qual a filosofia da economia se articula, em particular metodologia e ética, bem como expondo algumas visões sobre interdisciplinariedade.

Palavras-chave: Filosofia da economia. Economia e ética. Metodologia econômica.

## **ABSTRACT**

The philosophy of economics emerged as a specific field of study in the last quarter of the 20th century, establishing a dialogue between philosophy and economic science. This work provides an overview of the philosophy of economics, using the literature review method. Structured in two parts, it begins with a brief introduction and conceptualization of the subject, followed by its relationship with some developments in the philosophy of science and a historical retrospective. In the second part, it seeks to briefly cover the scope within which the philosophy of economics is articulated, particularly methodology and ethics, as well as presenting some views on interdisciplinarity.

**Keywords:** Philosophy of economics. Economics and ethics. Economic methodology.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

F53 Friedman (1953)

MSRP *methodology of scientific research programs*

## SUMÁRIO

|                                                                                   |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                         | <b>8</b>  |
| <b>2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA .....</b>                                            | <b>9</b>  |
| 2.1 PRIMEIROS PASSOS (1975-1985) .....                                            | 10        |
| 2.2 UM NOVO CAMPO TOMA FORMA (1985-1995) .....                                    | 11        |
| 2.3 MATURIDADE E TRANSFORMAÇÕES (1995-2007) .....                                 | 11        |
| 2.4 UM NOVO CENÁRIO (2008-PRESENTE) .....                                         | 12        |
| <b>3 A INFLUÊNCIA E A SOMBRA DE FRIEDMAN .....</b>                                | <b>14</b> |
| <b>4 POPPER E LAKATOS: ASCENSÃO E DECLÍNIO .....</b>                              | <b>17</b> |
| <b>5 METODOLOGIA(S) DA CIÊNCIA ECONÔMICA .....</b>                                | <b>22</b> |
| 5.1 POSITIVISMO LÓGICO .....                                                      | 24        |
| 5.2 FALSIFICACIONISMO .....                                                       | 26        |
| 5.3 INSTRUMENTALISMO .....                                                        | 29        |
| 5.4 REALISMO CIENTÍFICO .....                                                     | 30        |
| 5.5 REALISMO CRÍTICO .....                                                        | 32        |
| 5.6 CONSTRUTIVISMO .....                                                          | 34        |
| <b>6 ECONOMIA E ÉTICA .....</b>                                                   | <b>36</b> |
| 6.1 ECONOMIA NORMATIVA VS. POSITIVA .....                                         | 36        |
| 6.2 BEM-ESTAR .....                                                               | 38        |
| 6.3 OUTRAS ABORDAGENS: ECONOMIA COMPORTAMENTAL E<br>PATERNALISMO LIBERTÁRIO ..... | 39        |
| <b>7 INTERDISCIPLINARIDADE DA CIÊNCIA ECONÔMICA .....</b>                         | <b>42</b> |
| 7.1 IMPERIALISMO DA CIÊNCIA ECONÔMICA .....                                       | 43        |
| <b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                               | <b>46</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                          | <b>47</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar da ciência econômica ter estabelecido desde a sua gênese algum diálogo com a filosofia, verifica-se a partir do último quartel do século XX a emergência na academia de um campo específico denominado filosofia da economia (*Philosophy of Economics*). Sob esta rubrica, vários autores têm desenvolvido estudos e reflexões muito pertinentes.

No âmbito internacional, o campo da filosofia da economia ainda não tem um espaço vultoso dentro da grande parte dos departamentos de ciências econômicas. No Brasil este quadro não é diferente, inclusive com a lacuna de algum material mais preambular sobre o tema em língua portuguesa.

Buscando apresentar um diagnóstico, Oliveira *et al.* (2022, p. 16) sugerem que esse quadro é reflexo da amplitude de tema tratados pela economia, da natureza consequential das ações dos economistas e do fato de que problemas econômicos não estão entre os temas clássicos da tradição filosófica ocidental.

O objetivo desse trabalho é elaborar um “sumário” do campo da filosofia da economia, sem ter grandes pretensões totalizantes ou de interpretações mais profundas, com o propósito ulterior de oferecer uma introdução — mais ou menos sintética — sobre seus principais autores, debates e bibliografia, se dando por satisfeito se ele servir como auxílio para que outros colegas consigam se orientar neste tema. Para a sua realização, foi empregado o método de revisão da literatura.

O trabalho se articula em duas partes definidas. Na primeira parte, composta pelos capítulos 2-4, é feita uma breve introdução e conceituação do tema, seguido da sua relação com alguns desenvolvimentos da filosofia das ciências e de uma retrospectiva histórica. Na segunda parte, composta pelos capítulos 5-7, busca-se passar brevemente pelo escopo dentro do qual a filosofia da economia se articula, em particular metodologia e ética, bem como expondo algumas visões sobre interdisciplinariedade.

## 2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Desde quando pode ser rastreada, a reflexão sobre temas econômicos está entrelaçada com reflexões filosóficas. Não é necessário adotar as perspectivas que buscam nos escritos aristotélicos ou escolásticos uma *pré-história* da economia. Como Coutinho (1993, p. 23) afirma,

A tese de que a economia política é um desdobramento da especulação filosófica pode quase ser intuída, sem maiores aprofundamentos, pela simples lembrança das origens e formação de alguns dos principais precursores e fundadores. Locke e Hume, para nos atermos a dois precursores notáveis, foram sobretudo filósofos. Smith, igualmente. A Riqueza das Nações resultou de um aprofundamento de questões tratadas [...] em cursos de Filosofia Moral.

Apenas a título de ilustração e sem querer ser exaustivo, também podemos mencionar J. S. Mill, Karl Marx, Carl Menger, William Stanley Jevons, Alfred Marshall, Thorstein Veblen, Lionel Robbins, John Maynard Keynes, Frank Knight, Joseph Schumpeter, Friedrich Hayek, Gunnar Myrdal, Fritz Machlup e Paul Samuelson. Todos estes nomes, de uma maneira ou de outra, realizaram contribuições sobre o escopo e o método da reflexão econômica em suas fases mais iniciais (quando ainda era chamada de *Political Economy*). No entanto, não é possível verificar neste momento uma contribuição coletiva para o progresso cumulativo de um campo específico de reflexão; os escritos ainda eram dispersos e foram eclipsados pelas contribuições desses autores em outros temas (HAUSMAN, 2017).

Após um hiato de algumas décadas, reflexões dessa natureza começaram a esboçar um retorno em fins dos anos 1970, dessa vez se articulando em uma subárea da economia. Seu processo de gestação e desenvolvimento ainda está em curso, e não é surpreendente a falta de um consenso firme entre os acadêmicos cujo trabalho localiza-se na interseção entre a economia e a filosofia sobre a natureza e o conteúdo precisos de suas práticas acadêmicas;<sup>1</sup> porém desta vez já podemos reconhecer a sua perenidade como campo de estudo (HAUSMAN, 2017).

Daniel M. Hausman (2017, p. 187-198) propõe um olhar retrospectivo que divide o desenvolvimento da filosofia da economia em quatro períodos, cada um cobrindo cerca de uma década e iniciando em meados da década de 1970.

---

<sup>1</sup> Hédoin (2018, p. 178) aponta como reflexo dessa falta de consenso as várias terminologias usadas: *economic philosophy*, *philosophy of economics*, *philosophical economics*, *economics and philosophy*.

## 2.1 PRIMEIROS PASSOS (1975-1985)

Hausman (2017) afirma que a literatura sobre metodologia econômica produzida entre meados dos anos 1970 e meados dos anos 1980 foi amplamente influenciada pelas tendências em alta na filosofia da ciência da época, e em particular pelas perspectivas popperiana e lakatosiana. As reflexões deste primeiro momento buscavam localizar a economia dentro dos esquemas interpretativos destas duas visões.

O interesse por reflexões metodológicas, no entanto, não era apenas uma consequência da sombra da filosofia da ciência sobre os autores; ele também refletia o estado aluído no qual a ciência econômica se encontrava. A junção inesperada entre baixo crescimento e inflação ressaltante e persistente (estagflação) motivou um notável interesse em considerações mais substanciais sobre a teoria econômica e em um exame de consciência por parte dos economistas engajados no tema.

Um outro marco filosófico que produziu ecos na ciência econômica foi a publicação em 1971 de *Uma teoria da justiça* de John Rawls, uma obra que teve a intenção de “[...] formular uma concepção de justiça que fornecesse uma alternativa razoavelmente sistemática ao utilitarismo” (RAWLS, 1997, p. xiv) e que levou a uma reconsideração deste que é um dos alicerces das abordagens convencionais da economia desde fins do século XIX.

Finalmente, e mais para o fim deste primeiro período, temos a publicação em 1983 do ensaio *The Rhetoric of Economics*, onde Deirdre McCloskey apresenta uma reação enérgica contra a aplicação de modelos estanques da filosofia da ciência à ciência econômica e conclama ao abandono de toda a reflexão metodológica de caráter normativo<sup>2</sup> (MCCLOSKEY, 1983, p. 481-517). No livro de mesmo título publicado dois anos depois a autora desenvolve melhor este seu ponto de vista.

## 2.2 UM NOVO CAMPO TOMA FORMA (1985-1995)

---

<sup>2</sup> Hausman (2018) pontua duas tendências principais entre os economistas: a economia positiva, que lida com fatos objetivos e é livre de valores (“o que é”), e a economia normativa, que envolve juízos de valor e prescrições éticas (“o que deveria ser”). Para uma apresentação mais longa sobre, ver a sessão 7.1.

No decênio identificado com o segundo período, Hausman (2017) aponta que é possível ver a emergência da filosofia da economia como um conjunto institucionalizado e articulado de especialistas e acadêmicos.

Como símbolos desse processo, vemos a criação de um programa de mestrado na London School of Economics e um Ph.D. na Erasmus University de Rotterdam. Em resultado da colaboração entre estudiosos de vários centros de pesquisa, é estabelecido em 1989 o *International Network for Economic Methodology*.

A fundação dos primeiros periódicos internacionais especializados também ocorre neste período: *Research in the History of Economic Thought and Methodology* (desde 1982, renomeado em 2023 para *Review of the History of Economic Thought and Methodology*), *Economics and Philosophy* (desde 1985), *Methodus* (desde 1989, renomeado em 1994 para *Journal of Economic Methodology*). Estes periódicos foram importantes ao permitir que trabalhos que antes não encontravam espaços nas publicações de economia ou de filosofia pudessem ser publicados e circulassem com mais facilidade, além de elevar o nível destes, já que eles passaram a ser submetidos à revisão por pares.

### 2.3 MATURIDADE E TRANSFORMAÇÕES (1995-2007)

Nos meados da década de 1990 já é possível observar um campo que, apesar de pequeno e em constante desenvolvimento, já se configura como subdisciplina maturada dentro da ciência econômica. Neste momento, inicia-se a publicação de importantes periódicos: *Revue De Philosophie Économique* (desde 1999), *Energeia* (desde 2000) e *Erasmus Journal for Philosophy and Economics* (desde 2006).

A virada do século foi acompanhada pelo otimismo de grande parte dos economistas, que deixaram de lado muitas dúvidas e tornaram-se mais auto-complacentes. Podemos ilustrar esse estado de espírito com o seguinte trecho da introdução à terceira edição da obra *The Philosophy of Economics: An Anthology*, publicada em 2007:

Hoje, em 2007, os economistas estão em alta. Apesar de terem existido sérios problemas econômicos nos últimos quinze anos [...], de todo modo, ter ocorrido um crescimento econômico significativo nas economias

desenvolvidas, que no geral prosperaram. Problemas sérios ainda persistem nas antigas economias socialistas, porém as condições se estabilizaram e na maior parte melhoraram. E o crescimento econômico acelerado dos dois países mais populosos do planeta, a Índia e em especial a China, transformou a paisagem econômica. Apenas de ser extremamente otimista alegar que os problemas econômicos centrais tenham sido resolvidos (especialmente à luz do desempenho desastroso das economias de muitos dos países mais pobres do mundo), tal afirmação hoje, ao contrário de uma geração atrás, não soa absurda para a maioria das pessoas. (HAUSMAN, 2007, p. 2, tradução nossa)

## 2.4 UM NOVO CENÁRIO (2008-PRESENTE)

O trecho citado acima soaria irônico já no ano seguinte à sua publicação. 2008 foi marcado pelo início da Grande Recessão, precipitada nos Estados Unidos e que rapidamente se espalhou para outros países. Esta foi a mais longa e profunda crise econômica internacional em quase um século, e representou um duro golpe no prestígio que os economistas vinham desfrutando. O influente semanário britânico *The Economist* (2009) captou bem a mudança de humor neste momento ao afirmar que “de todas as bolhas econômicas que estouraram, poucas explodiram de forma mais espetacular do que a reputação da própria economia.”

Essa recessão também colocou em primeiro plano a questão do aumento das desigualdades de riqueza e de renda, especialmente nas economias mais avançadas. A publicação em 2013 do livro *Le Capital au XXI<sup>e</sup> siècle*, do economista francês Thomas Piketty,<sup>3</sup> gerou controvérsias dentro da academia, porém sua maior repercussão foi junto à opinião pública, com a percepção de que os economistas vinham sendo obtusos com essa questão distributiva.

Essa conjuntura deu aos entusiastas do diálogo entre economia e filosofia não só um grande material para ser estudado e debatido, como também representou uma salutar oportunidade para trazer à luz os seus trabalhos e ganhar mais espaço dentro dos departamentos das universidades (MÄKI, 2021).

Tangenciando todo esse barulho, o trabalho no dia a dia dos filósofos da economia está a todo o vapor, cada vez mais consolidando sua presença, mesmo que ainda tímida, nos principais *journals* e centros de ensino da economia do mundo.

Mäki (2021, p. 11) afirma que a filosofia da economia tem um futuro seguro. A ciência econômica está longe de perder sua importância cultural e política, e vem recebendo uma atenção renovada. O autor aponta que, mesmo quando colocada

---

<sup>3</sup> Edição brasileira: Piketty (2014).

em xeque, a contestação ou a defesa de uma determinada abordagem econômica pede uma reflexão mais aprofundada e de maior nível. A filosofia da economia já demonstrou-se capaz de possibilitar uma elevação nos debates público e acadêmico, e tem pela frente um futuro promissor e brilhante.

### 3 A INFLUÊNCIA E A SOMBRA DE FRIEDMAN

Como foi assinalado anteriormente, verifica-se um hiato de reflexões metodológicas dentro da economia entre o fim da II Guerra e a década de 1970. Maziarz (2018) coloca que para esta conjuntura, desempenha papel fundamental o artigo *The methodology of positive economics*, publicado por Milton Friedman em 1953 (doravante F53). Este texto é certamente o mais conhecido e citado ensaio de cunho metodológico da economia do século XX, e a influência e os ecos que F53 teve na prática e na auto-imagem dos economistas tornam incontornável analisá-lo. O comentário de Hausman (1992, p. 162) segundo o qual “é o único ensaio sobre metodologia que um grande número, talvez a maioria, de economistas já leu” é válido mesmo para hoje.

Seria importante inicialmente expor as principais ideias entendidas a partir deste texto. Para isso, vamos apresentar F53 a partir das leituras sob as quais ele é comumente lido e entendido no contexto acadêmico, sem traçar maiores preocupações sobre se este entendimento é uma aproximação correta das ideias que Friedman expõe. De fato, há uma significativa bibliografia que se debruça diretamente sobre o texto de F53 para tentar entender o texto em seu contexto histórico e identificar o que o autor efetivamente fala, deixando de lado as interpretações correntes. Para uma discussão mais abrangente e multifacetada de F53, ver Mäki (2009a). Para uma exposição mais ampla das visões metodológicas de Friedman, ver Hammond (1993).

F53 inicia contrastando a economia positiva e a economia normativa, argumentando em favor da primeira, que seria uma ciência mais objetiva e que é, por princípio, mais independente de princípios morais ou normativos. O artigo apresenta a ideia de que as hipóteses consideradas se baseiam em premissas que não necessariamente precisam se fiar em algum tipo de “realismo”, já que a validade delas está assentada em seu poder de predição. Textualmente, Friedman afirma: “Truly important and significant hypotheses will be found to have “assumptions” that are wildly inaccurate descriptions of reality, and, in general, the more significant the theory, the more unrealistic the assumptions” (Friedman, 1953, p. 14).

Para ilustrar o seu argumento, F53 usa a imagem do jogador de bilhar, que a cada rodada age como se (“as if”) tivesse realizado uma série de complicadas equações matemáticas a fim de determinar a forma mais assertiva de executar a sua

jogada. (Friedman, 1953, p. 21).

Desde a sua publicação, F53 recebeu várias interpretações e análises. Wible (1984, p. 1049) argumenta que o propósito do ensaio é defender a escola neoclássica contra a acusação de irrealismo formulada por economistas institucionalistas. Neste sentido, o texto de Friedman seria mais uma nota de repúdio do que um manifesto. Mäki (2009a) aponta a grande inconsistência interna de F53, onde uma mesma expressão pode expressar conceitos diversos em passagens diferentes do texto, característica que pode em parte explicar a existência de várias interpretações.

Podemos afirmar que a sombra que F53 produziu na academia dura, de uma forma ou de outra, ainda hoje sobre a ciência econômica. Por outro lado, este ensaio seria um alvo recorrente nos primeiros desenvolvimentos da filosofia da economia. Em particular, vários autores identificaram em Friedman um sotaque popperiano (MÄKI, 2009a); de fato, Friedman teve um contato de primeiro grau com Popper. Como o próprio economista declara em entrevista posterior:

Como uma nota de rodapé divertida, um dos maiores benefícios que obtive pessoalmente da primeira reunião da Mont Pelerin Society<sup>4</sup> em 1947 foi conhecer Karl Popper e ter a oportunidade de ter longas discussões com ele, não sobre política econômica, mas sobre metodologia nas ciências sociais e físicas. Essa conversa desempenhou um papel não desprezível em um ensaio posterior meu, *The Methodology of Positive Economics*, que provavelmente gerou mais páginas impressas posteriormente por outras pessoas do que qualquer outra coisa que eu tenha escrito (LEVY, 1992, tradução nossa).

Devemos destacar que a ligação entre as ideias destes dois pensadores é muito mais nuançada e não pode ser reduzida a uma simples relação de influência, e seria muito problemático retratar Friedman como um discípulo ou um propagandista das ideias popperianas na economia. F53 decorre muito mais de reflexões e debates que se desenrolaram dentro da academia e revistas de ciência econômica. A ênfase de Friedman em testar hipóteses com base em suas previsões alinhava-se com as ideias de Popper, mas os argumentos de Friedman provinham de seu próprio trabalho acadêmico como economista (BACKHOUSE, 2012, p. 26-7; DE MARCHI, 1988, p. 151-4).

---

<sup>4</sup> A Mont Pelerin Society, cujo nome faz referência à localidade suíça de sua primeira reunião, é uma organização internacional fundada em 1947, composta por filósofos, economistas e políticos de diversos países, reunidos em torno da promoção do liberalismo e de seus valores e princípios. Para mais informações, recomendamos Mirowski (2009).

Por outro lado, a influência e as discussões em torno de F53 foram um germe fundamental para o desenvolvimento da filosofia da economia nas décadas posteriores. O artigo de Friedman teve o papel, mesmo que não intencional, de levar os debates recentes da filosofia da ciência para dentro da economia; os desdobramentos disto são apresentados na próxima sessão.

#### 4 POPPER E LAKATOS: ASCENSÃO E DECLÍNIO

O filósofo Karl Popper foi um dos mais influentes pensadores sobre o método da ciência na primeira metade do século XX, com a formulação da abordagem falsificacionista como pedra de toque para a filosofia da ciência. O falsificacionismo popperiano consiste em duas teses: a demarcação, que distingue as teorias científicas das não científicas com base na potencial falsificabilidade delas, e a metodologia, que enfatiza a falsificabilidade prática das teorias científicas. Esta prática científica envolve buscar conjecturas críticas para confrontar problemas científicos e submetê-los a testes estritos usando dados empíricos. Se as implicações da teoria forem inconsistentes com a evidência, a conjectura é considerada falsa e substituída por uma alternativa (não *ad hoc*). Se a teoria resistir ao teste, ela é aceita provisoriamente (MAZIARZ, 2018, p. 35 *et seq.*).

Inicialmente, Popper apresentou suas ideias no livro "Logik der Forschung", publicado em 1934 na Alemanha. Nas décadas de 1940 e 1950, as referências ao trabalho de Popper eram limitadas; no entanto, após a tradução de seu livro para o inglês como "The Logic of Scientific Discovery" em 1959, a situação mudou e as ideias de Popper ganharam uma atenção mais ampla. A influência de Popper cresceu, e já no final dos anos 1960 elas eram consideradas dominantes na filosofia da ciência (HANDS, 1992, p. 20).

No entanto, os debates metodológicos mais proeminentes durante esse período não se concentraram diretamente em Popper. Como já foi discutido, o trabalho de Friedman sobre metodologia, particularmente F53, teve uma influência significativa no campo da metodologia da economia.

É importante assinalar que o arcabouço metodológico dominante na economia durante as décadas de 1950 e 1960 não era apenas popperiano. Diferentes abordagens, incluindo o empirismo lógico, os métodos econométricos da Cowles Commission e o operacionalismo de Samuelson, influenciaram o campo. Os únicos economistas que se basearam abertamente nas ideias de Popper foram os da London School of Economics (LSE), particularmente o LSE Staff Seminar in Methodology, Measurement and Testing (M2T), liderado por Richard Lipsey e Chris Archibald. Eles enfatizaram o teste e criticaram as teorias econômicas existentes usando uma metodologia popperiana (HANDS, 1992).

Ao mesmo tempo que as ideias de Popper sobre o método científico

ganharam reconhecimento na economia, elas foram mescladas com outras abordagens metodológicas. A influência de Popper foi indireta e coexistia entre muitas metodologias que enfatizavam os testes em economia.

A influência do paradigma popperiano na economia foi seguida por grande número de críticas. Hands (1992, p. 23-26) tenta sintetizar as críticas em quatro pontos:

(1) O problema de Duhem–Quine: A complexidade do comportamento humano e o uso de numerosas condições iniciais e simplificação de suposições em economia tornam difícil isolar elementos específicos para teste. Além disso, divergências sobre a base empírica e a ausência de ambientes laboratoriais controlados complicam ainda mais os testes.

(2) Estática comparativa e baixo conteúdo empírico: A técnica de estática comparativa qualitativa usada em economia geralmente leva a previsões qualitativas que carecem de conteúdo empírico e são difíceis de testar severamente. As teorias geradas por tais previsões são confirmadas por evidências, mas fornecem informações limitadas.

(3) O fracasso de Popper em desenvolver uma teoria da verossimilhança: a metodologia falsificacionista de Popper visa conciliar o realismo científico com a seleção de teorias corroboradas. No entanto, a falta de uma teoria satisfatória da verossimilhança apresenta desafios. Tal teoria forneceria uma justificativa epistêmica para seguir regras falsificacionistas e oferecer diretrizes para escolher a melhor teoria nos casos em que as teorias foram falsificadas.

(4) Inadequação das regras de Popper para o desenvolvimento da teoria progressiva na economia: os critérios de Popper para o progresso, que enfatizam teorias testáveis independentemente e a previsão de novos fatos, podem não se alinhar com o que constitui o progresso na economia. Os economistas muitas vezes buscam novas explicações para fatos existentes ou pretendem explicar fenômenos com menos restrições teóricas, exigindo padrões diferentes dos fornecidos pelo falsificacionismo popperiano estrito.

Em linhas gerais, essas críticas destacam as limitações e os desafios da aplicação do falseacionismo como metodologia na economia.

Cada vez mais, os economistas passaram a se preocupar com a relação entre teoria e evidência devido ao avanço da teoria econômica matemática e dos métodos econométricos. Por outro lado, a recepção das ideias de Thomas Kuhn foi

facilitada pela análise de Joseph Schumpeter sobre o progresso do pensamento econômico.

Thomas Kuhn propôs a teoria dos paradigmas científicos como um modelo para compreender o desenvolvimento científico. Segundo Kuhn, a ciência avança por meio de períodos de ciência normal, em que os cientistas trabalham dentro de um paradigma estabelecido, e por revoluções científicas, quando paradigmas antigos são substituídos por novos. Essas revoluções ocorrem devido a anomalias que desafiam a compreensão existente, resultando em uma mudança fundamental de perspectiva. Assim, Kuhn argumenta que a ciência é uma atividade social e que a mudança científica é impulsionada tanto por fatores internos, como problemas internos ao paradigma, quanto por fatores externos, como mudanças culturais e sociais (KUHN, 2011).

A partir da década de 1970, as ideias de um novo autor, que se contrapõe a Popper, passam a ganhar atenção. Imre Lakatos desenvolveu a metodologia dos programas de pesquisa científica (*methodology of scientific research programs*, doravante MSRP) como uma abordagem para analisar o desenvolvimento da ciência. De acordo com Lakatos, a ciência progride através de programas de pesquisa que consistem em um núcleo rígido de suposições centrais e um cinturão protetor de hipóteses auxiliares. Esses programas enfrentam problemas cruciais, que podem resultar em uma mudança de programas rivais. Lakatos defendeu que a ciência avança por meio de um processo de refinamento e ajuste contínuo, no qual os programas mais bem-sucedidos são aqueles que conseguem explicar mais fenômenos e resistir às falsificações (LAKATOS, 1989).

O *Napflion Colloquium on Research Programmes in Physics and Economics* de 1974 foi importante para a disseminação da metodologia lakatosiana na economia. Fruto deste colóquio, o livro "Method and Appraisal in Economics", editado por Lakatos e Spiro Latsis, reuniu estudos de caso e avaliações da metodologia lakatosiana em relação a Kuhn e Popper. Este momento foi fundamental para estabelecer uma conexão entre a metodologia e a história do pensamento econômico, expandindo a reflexão para além de discussões metodológicas atuais, e colocando o debate dentro de uma perspectiva histórica (HANDS, 1992, p. 32).

Segundo Hands (1992, p. 33-36), a abordagem do MSRP dentro da economia pode ser categorizada em dois tipos: histórica e filosófica.

Na abordagem histórica, os economistas tentam analisar e reconstruir episódios específicos da história do pensamento econômico usando princípios lakatosianos. Eles identificam os "programas de pesquisa" em economia, que consistem em um núcleo rígido (pressuposições metafísicas fundamentais), heurísticas positivas e negativas (diretrizes para pesquisa) e um cinto protetor (teorias, hipóteses e convenções empíricas). A análise histórica enfoca a atividade dentro do cinturão protetor e avalia o progresso teórico e empírico do programa de pesquisa.

A abordagem filosófica, por outro lado, examina a metodologia de Lakatos como uma metodologia econômica e a compara com outras filosofias como o falsificacionismo de Karl Popper ou a teoria do paradigma de Thomas Kuhn. Lakatos define a unidade primária de avaliação em ciência como o programa de pesquisa, em vez de teorias individuais.

Os economistas favorecem a metodologia de Lakatos sobre o falsificacionismo de Popper em certos aspectos. A estrutura do MSRP permite a existência de núcleos metafísicos em programas de pesquisa, que os economistas reconhecem como prevalentes em seu campo. Os economistas também valorizam a atividade empírica na economia, mas ela é vista como mais complexa do que permite o falsificacionismo estrito. Além disso, os economistas apreciam a sensibilidade de Lakatos com a história da ciência ao apoiar propostas metodológicas, que se alinham com as tendências recentes da economia.

No entanto, a literatura histórica que aplica os princípios lakatosianos à economia é criticada por seu uso inconsistente da terminologia lakatosiana e pela falta de fidelidade aos conceitos originais de Lakatos. Embora esta literatura forneça informações históricas valiosas, ela não fornece uma avaliação abrangente do MSRP de Lakatos. A análise sugere que o critério de Lakatos para o progresso teórico, a previsão de novos fatos, tem sido uma ocorrência rara na economia. A metodologia de Lakatos pode ser mais adequada para a economia do que a de Popper, mas ainda falha em fornecer um critério satisfatório para escolha de teoria ou mudanças progressivas de problemas.

Os anos 1980 viram a emergência de uma postura crítica em relação ao programa Popper-Lakatos, conforme apontado por Maziarz (2018). Daniel Hausman argumentou que a filosofia da ciência de Popper era confusa e criticou suas normas propostas como arbitrárias. Bruce Caldwell defendeu uma forma de pluralismo e

rejeitou a ideia de um método universalmente aplicável para escolher entre as teorias. Outros economistas, como De Marchi e Hands, passaram a considerar a dimensão social do conhecimento e o contexto da descoberta, além da justificação. Eles exploraram a sociologia da ciência e a aplicação de argumentos econômicos para estudar as práticas científicas. A distinção entre progresso teórico e progresso empírico foi destacada, sendo o progresso teórico mais semelhante à matemática e dependente da compreensão intuitiva em vez de testes diretos. A crítica mais radical veio do trabalho de D. McCloskey e Arjo Klamer, que desafiaram qualquer metodologia prescritiva e defenderam uma análise da retórica na economia.

Estas várias abordagens serão mais bem apresentadas na sessão seguinte, sobre metodologia.

## 5 METODOLOGIA(S) DA CIÊNCIA ECONÔMICA

Mireles-Flores (2018) propõe uma revisão da literatura recente sobre a metodologia da economia, identificando três tendências amplas que têm definido as linhas centrais de pesquisa dentro da disciplina durante as últimas duas décadas. Essas tendências são: (a) a análise filosófica da modelagem econômica e da explicação econômica; (b) a epistemologia da inferência causal, diversidade de evidências e política baseada em evidências; e (c) a investigação dos fundamentos metodológicos e implicações de políticas públicas da economia comportamental.

A primeira tendência refere-se à intricada natureza da modelagem econômica e suas implicações filosóficas profundas, o que envolve questões fundamentais relacionadas à falsidade, explicação e realismo. Ele mergulha em um terreno onde as fronteiras entre a verdade e a utilidade científica muitas vezes se tornam turvas, encontram para explorar o delicado equilíbrio entre a abstração teórica e a aplicação prática na economia.

Um debate significativo apresentado por Mireles-Flores (2018, p. 97) envolve a análise de robustez derivacional, que visa testar a relevância das suposições nos modelos econômicos. Enquanto alguns argumentam que essa análise pode proporcionar uma ferramenta valiosa para a descoberta científica, outros questionam sua capacidade de fornecer confirmação empírica robusta. Essa discussão reflete não apenas sobre a prática da modelagem econômica, mas também sobre os padrões de validação e confirmação na ciência como um todo.

Outro ponto crucial abordado é a questão da explicação proporcionada pelos modelos econômicos. Aqui, diferentes contas filosóficas entram em conflito, desde aquelas que veem os modelos como sistemas de substituição críveis até aquelas que os consideram meras heurísticas para conjecturas de hipóteses causais. O "paradoxo da explicação" (*explanation paradox*), levantado por Reiss (2012) e que questiona como modelos econômicos, baseados em premissas falsas, podem ser considerados explicativos, ressoa como um desafio fundamental, provocando uma reflexão profunda sobre o que realmente significa explicar em um contexto onde a falsidade seria inerente aos modelos econômicos.

Mireles-Flores (2018, p. 99) sugere que a compreensão das virtudes epistêmicas da modelagem econômica requer uma análise mais aprofundada dos clusters de modelos, onde famílias de modelos são desenvolvidas, modificadas e

refinadas ao longo do tempo. Essa abordagem, embora mais próxima da prática científica real, ainda é sub-representada na pesquisa filosófica, destacando a necessidade de mais investigação sobre como esses clusters de modelos são usados para gerar explicações em economia.

A segunda tendência recente dentro da metodologia identificada por Mireles-Flores (2018) é a inferência causal e a evidência na economia. Durante o século XX, as discussões filosóficas sobre causalidade se concentraram em questões conceituais, ontológicas e epistemológicas. Enquanto o debate sobre a natureza ontológica da causalidade permanece inconclusivo, há uma mudança em direção ao desenvolvimento de métodos confiáveis de inferência causal.

O texto observa duas abordagens principais em econometria: a abordagem baseada em teoria, exemplificada pela Cowles Foundation, e a abordagem baseada em design, como os modelos de auto regressão vetorial (VAR).

Além disso, são exploradas as questões metodológicas em torno da diversidade de evidências e sua amalgamação, particularmente no contexto da inferência causal. O debate entre a abordagem baseada em teoria e a baseada em design na econometria reflete a busca por métodos mais confiáveis de identificar relações causais em meio à variedade de evidências disponíveis.

Verifica-se o movimento em direção a uma economia baseada em evidências, influenciado pelo movimento de medicina baseada em evidências. Críticas filosóficas à visão de que ensaios controlados randomizados são a melhor forma de evidência destacam a importância de considerar a diversidade de métodos de evidência na formulação de políticas econômicas. A questão da validade externa e a necessidade de extrapolar resultados de estudos para diferentes contextos também são discutidas, sugerindo a importância de abordagens mais contextuais na inferência causal para políticas eficazes.

Uma terceira tendência dentro das reflexões metodológicas, verificada desde os anos 1980, é a que vislumbra as possibilidades abertas pelo desenvolvimento das abordagem da economia comportamental. Não iremos nos deter dentro desta abordagem agora, pois ela será apresentada com mais atenção dentro da ética.

Com o objetivo de “desemaranhar” as várias tendências dentro da metodologia econômica, Maziarz (2018, p. 12-14) identifica seis abordagens<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> O autor usa a expressão *schools*. Optamos por empregar a expressão “abordagem” a fim de evitar eventuais confusões com os outros usos de “escola” dentro da economia.

preeminentes: positivismo lógico, falsificacionismo, instrumentalismo, realismo científico, realismo crítico e construtivismo. O autor reconhece que estas legendas levam alguma dose de arbitrariedade, e que existam elementos que mesclam uma abordagem com a outra.

Também é importante lembrar que estas abordagens não representam nenhum desenvolvimento linear da disciplina, mas que elas existiram de modo coetâneo e paralelo entre si. Além disso, a caracterização de cada uma delas envolve um esforço de reconstrução de outros momentos da filosofia da economia.

Feitas essas ponderações, consideramos a identificação das abordagens feita por Maziarz (2018) como suficiente para servir como itinerário dentro da disciplina. A seguir, vamos comentar um pouco sobre cada uma.

## 5.1 POSITIVISMO LÓGICO

O positivismo lógico emergiu do trabalho do Círculo de Viena, um grupo de filósofos<sup>6</sup> do início do século XX que, segundo Uebel (2020), tentou reformular o empirismo com base nos avanços nas ciências físicas e formais, adotando uma postura anti-metafísica, baseada em critérios empiristas e em uma concepção logicista da matemática, e negando a existência de princípios ou afirmações *a priori*, buscando explicar as teorias científicas através de uma estrutura lógica.

McGrew et al. (2009, p. 307) destacam que os filósofos do Círculo (ou mesmo os filósofos posteriormente identificados como positivistas ou neopositivistas) não constituíam um grupo homogêneo que estava em pleno acordo teórico, diferente de como o grupo seria comumente retratado. Ainda assim, Maziarz (2018, p. 19) observa que a influência dos positivistas lógicos na metodologia econômica ocorreu mais ou menos da mesma forma: inicialmente fornecendo um guia prático de como a pesquisa econômica deve ser conduzida; e posteriormente sob a forma das visões neopositivistas e das orientações epistêmicas promovidas por estas visões.

O neopositivismo, derivado do positivismo lógico, enfatiza a primazia da ciência como forma respeitável de investigação intelectual. Ele distingue entre verdades analíticas e sintéticas e atribui à filosofia o papel de explicar a estrutura da

---

<sup>6</sup> McGrew et al. (2009, p. 307) elencam como os principais autores do Círculo de Viena: Gustav Bergmann, Rudolf Carnap, Herbert Feigl, Philipp Frank, Kurt Gödel, Hans Hahn, Victor Kraft, Karl Menger, Marcel Natkin, Otto Neurath, Olga Hahn-Neurath, Theodor Radakovic e Friedrich Waismann.

ciência. Os neopositivistas adotam as ideias de David Hume sobre causalidade, reduzindo-a à simples conjunção constante de eventos. Eles analisam a linguagem e os métodos científicos, considerando apenas afirmações que possam ser empiricamente confirmadas como significativas, rejeitando a metafísica como sem sentido. Destacam a importância de definir operacionalmente termos teóricos.

Para os neopositivistas, a confirmação das leis científicas é crucial, e os economistas devem buscar confirmar suas proposições teóricas, construindo leis que possam ser confirmadas ou refutadas e que sejam úteis para explicar e prever fenômenos econômicos.

Hammond (1991) aponta a obra *The Significance and Basic Postulates of Economic Theory*, publicada em 1938 por Terence Hutchison, como tendo sido a primeira tentativa formal de construir uma metodologia econômica alinhada com as ideias neopositivistas.

Hutchison associou a metodologia neopositivista à quantificação, medição e verificação empírica na economia, além de preconizar a liberdade da economia de valores normativos e da metafísica. Ele também incentivou o uso do método hipotético, que envolve experimentos mentais e investigação de modelos teóricos com matemática. Hutchison reconheceu as limitações desse modo de raciocínio e enfatizou a importância de construir hipóteses confirmáveis, especificando as condições sob as quais seriam verdadeiras ou falsas. Ele criticou a formulação vaga e imprecisa das leis econômicas de sua época, sugerindo que os economistas poderiam estar tornando suas hipóteses infalsificáveis para proteger suas teorias.

Maziarz (2018, p. 27-28) caracteriza que Hutchison critica os economistas por desenvolverem teorias que, segundo ele, não são científicas por não poderem ser testadas empiricamente. Ele argumenta que os economistas defendem suas proposições teóricas de maneiras que as tornam à prova de dados, o que vai de encontro à visão neopositivista que exclui a metafísica da ciência. Hutchison também critica as leis econômicas do tipo *ceteris paribus*, argumentando que elas não limitam as ocorrências possíveis e são, portanto, vazias em termos empíricos, o que as torna não significativas de acordo com os neopositivistas. No entanto, ele reconhece que leis *ceteris paribus* bem formuladas são falsificáveis se a cláusula for especificada explicitamente ou tacitamente. Além disso, Hutchison se opõe fortemente a fazer economia ignorando dados empíricos, identificando o método psicológico como não científico e defendendo a distinção entre ciência normativa e

positiva. Ele critica a revolução formalista na economia por desviar o foco dos economistas dos dados empíricos para técnicas formais de modelagem.

Mais recentemente, os debates dos economistas estão mais focados em estabelecer se a teoria econômica mais convencional pode ser caracterizada como uma ciência neopositivista.

Boland (1991) reconhece que atualmente os economistas nunca admitem explicitamente empregar uma metodologia originada do positivismo lógico, apesar desta influência estar presente, e indica como causa uma opinião geralmente negativa que os economistas têm sobre o positivismo. McCloskey (1989) aponta que os economistas podem anunciar seus resultados como um resultado da metodologia neopositivista, mas, na prática, fazem algo diferente, sugerindo que estudar a prática de pesquisa e reconstruir a metodologia econômica com base nesse fundamento pode ser mais frutífero.

Em contraste com os autores acima, Schinckus (2010) argumenta que a economia *mainstream* não é neopositivista. Ele justifica isso dizendo que a economia *mainstream* se concentra em um mundo econômico idealizado, o que não atende aos critérios de uma ciência neopositivista, definida por ele como a combinação entre empirismo e racionalismo.

## 5.2 FALSIFICACIONISMO

O falsificacionismo, compreendido principalmente como decorrente dos trabalhos de Popper e Lakatos, já foi tratado no capítulo 4, onde foi localizado como sendo um pensamento fundamental na gênese da filosofia da economia atual. Para evitar redundâncias, nesta sessão vamos nos deter às interpretações e críticas desta abordagem.

A metodologia falsificacionista da ciência visava opor-se (em alguns aspectos) e continuar (em outros) a posição neopositivista. Karl Popper, ao contrário das visões positivistas, acreditava que o que distingue a ciência da não-ciência é a falseabilidade em vez da verificabilidade ou, posteriormente, da conformabilidade. O termo essencial para a filosofia da ciência popperiana denota uma característica de uma teoria ou declaração que pode (pelo menos possivelmente) ser provada como incorreta (MAZIARZ, 2018, p. 35-37).

O falsificacionismo, conforme interpretado por Blaug (1992), é debatido entre

economistas, que, apesar de reconhecerem sua popularidade, não concordam sobre sua leitura correta. Mäki (2014) observou a existência de múltiplas versões do falsificacionismo, muitas vezes confundidas e aplicadas de forma inconsistente. Blaug, por um lado, rejeita a interpretação de Popper como um falsificacionismo ingênuo, mas, por outro lado, pressupõe implicitamente a distinção entre teoria e observação, enfatizando que uma teoria é bem corroborada não pela concordância com muitos fatos, mas pela ausência de fatos que a refutem.

Boland (2016) argumenta que essa interpretação é influenciada por Lakatos e distorce o pensamento de Popper. No entanto, Blaug parece adotar duas interpretações de Popper: uma baseada no falibilismo e outra no falsificacionismo ingênuo. Ele defende que os economistas não testam suas teorias, mas procuram apenas confirmações, destacando a predominância da abordagem confirmacionista na economia. No entanto, Blaug também adere ao falsificacionismo ingênuo ao discutir a testabilidade de proposições.

Boland (2016) acusa o emprego do falsificacionismo ingênuo, apoiando-se em estudos de caso analisados por Blaug (1992). Este último conclui que a fraqueza central da economia moderna é a relutância em produzir teorias com implicações claramente refutáveis e a generalizada falta de disposição para confrontar essas implicações com os fatos. Tal conclusão se aplica à economia *mainstream*, à teoria dos jogos e à econometria. Blaug critica a econometria por adotar uma abordagem confirmacionista, preferindo demonstrar que o mundo real se conforma às suas previsões em vez de buscar a falsificação. Ele exemplifica sua crítica com casos recentes de estudos sobre determinantes do crescimento econômico.

Blaug descreve a filosofia confirmacionista na metodologia econômica como uma abordagem de "econometria de livro de receitas" (*cookbook econometrics*), na qual se expressa uma hipótese em termos de uma equação, estimam-se várias formas dessa equação, seleciona-se o melhor ajuste, descarta-se o resto e ajusta-se o argumento teórico para racionalizar a hipótese testada. Ele conclui questionando quais eventos levariam à rejeição desse programa, indicando que um programa que não pode responder a essa pergunta não atinge os mais altos padrões que o conhecimento científico pode alcançar.

Maziarz (2018, p. 52) afirma que Blaug restringe sua consideração da metodologia popperiana ao falsificacionismo ingênuo, excluindo as visões de Popper de que a falsificação é sempre uma decisão racional.

Em contraste, Caldwell (1991) diferiu da visão de Blaug no aspecto de interpretar resultados de testes negativos e enfatizar a falsificação de teorias em vez de declarações (ou seja, rejeitando a visão do falsificacionismo ingênuo). Um caso de resultado negativo de teste não prova que uma teoria em consideração é falsa. Segundo Caldwell, Popper aprovou as visões de Thomas Kuhn sobre escolha de teoria: uma teoria falsificada ainda pode ser usada pelos cientistas se não houver uma teoria melhor para substituí-la.

Caldwell (1991) enfatiza o fato de que as falsificações são mais interessantes porque levam à reconsideração de uma teoria. Ele concorda com Blaug em aconselhar a restrição de ajustes teóricos *ad hoc* e hipóteses auxiliares. De modo interessante, Caldwell (1991) apresentou o ponto de vista segundo o qual o falsificacionismo ingênuo é uma ferramenta muito forte para aqueles que visam criticar a economia porque as teorias econômicas são facilmente falsificáveis. No entanto, uma metodologia completamente desenvolvida da economia deve incorporar e resolver os problemas levantados pela teoria da observação carregada.

Caldwell (1991) aconselhou os economistas a não defenderem suas teorias atuais em sua forma presente, mas, ao contrário, tentarem melhorá-las quando ocorrer um resultado de teste 'falsificador'. Deve-se observar que, segundo Lakatos (1978, p. 31), o falsificacionismo dogmático faz uma distinção clara entre ciência teórica e empírica. Traduzindo suas opiniões da física para a economia, leva à conclusão segundo a qual os economistas teóricos devem construir novas teorias que são testadas usando econometria que visa medir a economia que, de forma semelhante à Natureza, são os fatos observáveis que refutam ou não refutam a hipótese científica. No entanto, Popper não era um falsificacionista dogmático porque ele enfatizava o fato de que não apenas as teorias são falíveis, mas também 'declarações observacionais' (como os neopositivistas chamariam): Popper sustenta que não há observação sem teoria.

D. Wade Hands (1985) tentou operacionalizar a orientação epistêmica entregue por Popper no contexto da economia. Ele reconheceu que na literatura de filosofia da economia havia um consenso segundo o qual o falsificacionismo não é praticado. A razão pela qual a metodologia popperiana não poderia ser praticada é o fato de que empregar a interpretação rígida da doutrina levaria à rejeição de todas as teorias econômicas. A questão discutida na metodologia econômica hoje é se o falsificacionismo deveria ser praticado.

Hands (1985) sugeriu dois Poppers diferentes: o Popper falsificacionista e o Popper filósofo das ciências sociais (caracterizado por cunhar o método de análise situacional acima descrito que, como ele mesmo colocou, é, na verdade, o método de análise econômica, e o princípio da racionalidade) e argumentou que o último Popper está em linha com o que os economistas fazem. Hands (1985) exemplificou seu ponto com o caso da discussão dos filósofos sobre a falsificabilidade do princípio da racionalidade que se assemelha à discussão sobre a falsificabilidade da hipótese da maximização pelos economistas.

Em seu trabalho posterior, Hands (1992) dividiu a filosofia de Popper em duas áreas. O falsificacionismo popperiano é composto por duas teses separadas: uma demarcacional (preocupada em demarcar ciência de não ciência) e uma metodológica (preocupada com como a ciência deve ser praticada). Esta distinção sugere que apenas uma parte da doutrina falsificacionista pode ter implicações normativas. Tal ponto de vista é equivocado em certo grau. Exigir que as teorias sejam (potencialmente, pelo menos) falsificáveis de fato molda a metodologia da economia (mesmo que a prática dos economistas não seja propensa a tal crítica) porque justifica a recomendação de produzir teorias falsificáveis.

### 5.3 INSTRUMENTALISMO

O instrumentalismo na filosofia da ciência apresenta uma perspectiva distinta sobre a natureza das teorias científicas e os objetivos da investigação científica. É frequentemente apresentado em oposição ao realismo, enfatizando a utilidade pragmática das teorias em vez de seu valor de verdade ou correspondência com a realidade (MAZIARZ, 2018, p. 61-62).

Um aspecto-chave do instrumentalismo, apresentado por Mäki (1998b), é sua caracterização das teorias como ferramentas ou instrumentos para alcançar certos objetivos, em vez de descrições verdadeiras ou falsas do mundo. Essa perspectiva remonta a distinções antigas entre astronomia física e matemática, onde as teorias eram vistas como fornecendo relatos factuais ou simplesmente facilitando cálculos.

O instrumentalismo pode assumir diferentes formas, desde visões radicais que negam propriedades semânticas até posições moderadas que reconhecem tais propriedades, mas as consideram irrelevantes para avaliar o valor das teorias. O

foco está em virtudes pragmáticas como utilidade, aplicabilidade e eficiência, em vez de verdade ou falsidade.

Para Maziarz (2018), um benefício do instrumentalismo é sua capacidade de acomodar teorias que podem parecer desconcertantes ou contraditórias pela evidência, tratando-as como ferramentas em vez de reivindicações factuais sobre a realidade. No entanto, também é criticado por potencialmente desencorajar investigações mais profundas sobre por que as teorias possuem certas virtudes pragmáticas ou não conseguem alcançar certos objetivos.

Na economia, o instrumentalismo é muito associado ao texto de F53, que já apresentamos anteriormente em nossa retrospectiva histórica.

#### 5.4 REALISMO CIENTÍFICO

O surgimento do realismo científico na filosofia da ciência foi uma resposta à queda do positivismo lógico na década de 1960, influenciada pelas obras filosóficas de Thomas Kuhn, Paul Feyerabend e Norwood Hanson.

Mäki (1998a) chama atenção para o fato de que o termo realismo pode assumir vários significados, dependendo do campo semântico no qual é empregado. Segundo Maziarz (2018, p. 80), os adeptos do realismo científico defendem que as entidades não observáveis postuladas por teorias científicas existem e o mundo é como as teorias o retratam. Os realistas científicos estudam as alternativas dos cientistas (no caso da economia, geralmente modelos) e, com base nisso, esforçam-se para informar a discussão filosófica, sendo esse esforço descritivo por natureza.

Dentro da filosofia da economia, o realismo científico é principalmente identificado com o trabalho do finlandês Uskali Mäki, um dos filósofos da economia mais importantes e produtivos da atualidade. Mäki (2005) defende que o realismo científico se assenta sobre um compromisso tridimensional: semântico, ontológico (ou metafísico) e epistemológico.

O compromisso semântico propõe que as afirmações derivadas das teorias são verdadeiras ou falsas de acordo com a definição de correspondência da verdade.

O compromisso ontológico declara que as entidades descritas pelas teorias existem independentemente da mente, o que contradiz, por exemplo, a abordagem construtivista.

Já o compromisso epistemológico é a crença de que nossas teorias mais

avanzadas (sejam as atuais ou possíveis) são verdadeiras ou próximas da verdade. O terceiro compromisso do realismo científico é ter motivos para acreditar que as teorias são (pelo menos aproximadamente) verdadeiras.

Uma visão mais unânime por parte dos realistas científicos é a expressa por Jerrold Aronson (1984, p.5), que considera as teorias científicas como sistemas que representam a natureza das coisas, e não apenas algoritmos lógicos para organização e predição de dados. Essa abordagem é central no realismo científico, já que ela contrasta com o positivismo lógico ao aceitar a existência de entidades não observáveis.

A rejeição da visão positivista leva à consideração das teorias como aproximadamente verdadeiras e à aceitação da existência de entidades teóricas. Boyd (1983) elabora o “argumento do não milagre” (*no-miracles argument*), que sugere que é o sucesso explicativo das teorias científicas que indica sua parcial veracidade. Por outro lado, Laudan (1981) apresenta o contra-argumento da “indução pessimista” (*pessimistic induction*), que questiona a confiabilidade das teorias ao longo da história da ciência. Segundo este contra-argumento, várias teorias foram bem-sucedidas em oferecer explicações convincentes, mas posteriormente se mostraram como sendo falsas.

Maziarz (2018, p. 85) apresenta duas posições refinadas no realismo científico: o realismo estrutural e o perspectivismo científico.

O realismo estrutural refere-se a uma posição filosófica na qual se destaca a importância da estrutura matemática das teorias científicas. Essa abordagem argumenta que, embora as teorias científicas possam mudar e evoluir ao longo do tempo, a estrutura matemática subjacente que descreve as relações entre entidades teóricas permanece relativamente constante. Em outras palavras, o realismo estrutural sugere que o que é fundamentalmente real nas teorias científicas são as relações estruturais entre entidades, independentemente de como essas entidades são concebidas ou interpretadas.

Já o perspectivismo científico sugere que os cientistas constroem modelos para representar a realidade, mas o processo de modelagem é conduzido em um contexto pragmático. Essa abordagem reconhece que diferentes modelos podem capturar aspectos divergentes da mesma realidade e ainda serem verdadeiros de acordo com suas perspectivas específicas.

No contexto da filosofia da economia, o debate sobre realismo versus

antirrealismo também envolve posições que buscam ser mais radicais, como o realismo crítico de Tony Lawson. Esta abordagem será apresentada na sessão abaixo.

## 5.5 REALISMO CRÍTICO

O realismo crítico é uma abordagem realista da filosofia da economia identificada principalmente com o trabalho de Tony Lawson, que por sua vez é baseado na visão do realismo transcendental de Roy Bhaskar sobre a filosofia das ciências sociais.

Apesar de compartilharem a expressão “realismo”, esta e a da sessão anterior são perspectivas divergentes. Enquanto o realismo científico decorre da doutrina neopositivista, o realismo transcendental foi estabelecido como uma alternativa independente às filosofias da ciência dominantes. Além disso, o realismo crítico é normativo em suas considerações ontológicas e epistêmicas. O projeto envolve a formulação de uma teoria da ontologia social e a proposição de orientações de pesquisa com base nisso.

O realismo transcendental é uma posição na filosofia da ciência que, pelo menos na filosofia da economia, rejeita a dimensão epistêmica do realismo científico previamente discutido e, portanto, faz uma avaliação crítica das práticas científicas atuais. De acordo com Lawson (1997 p. 261), a aceitação do realismo ontológico impõe a restrição da realidade extra-discursiva ao que pode legitimamente ser mantido. Essa posição sustenta uma racionalidade julgadora, mas encontra as práticas de modelagem econômica contemporânea deficientes. Apesar de rejeitar a visão segundo a qual a ciência é bem-sucedida, o realismo crítico é comprometido com a dimensão ontológica do realismo científico, aceitando a tese da independência: o mundo (econômico) existe independentemente do discurso.

De acordo com Bhaskar (2008, *apud* MAZIARZ, 2018, p. 97-8)<sup>7</sup>, o realismo transcendental rejeita a explicação empirista da ciência e argumenta que é necessário assumir, para a inteligibilidade da ciência, que a ordem descoberta na natureza existe independentemente da atividade humana. Em suma, o realismo transcendental enfatiza a existência independente da mente do mundo investigado

---

<sup>7</sup> BHASKAR, R. **A Realist Theory of Science**. London: Routledge, 2008.

pela ciência.

Bhaskar defende uma posição filosófica que contradiz o positivismo lógico (ou, em geral, o empirismo) argumentando que não existem muitas regularidades constantes (leis empíricas) fora de fenômenos controlados experimentalmente. Ele baseia sua ontologia na distinção entre sistemas abertos e fechados, mostrando que essas distinções são pressupostas pela inteligibilidade da atividade experimental. Enquanto sistemas fechados produzem regularidades empíricas observáveis, sistemas abertos são influenciados por determinantes externos, tornando a previsão ou intervenção impossível. Bhaskar acredita que o mundo é um sistema aberto, composto por coisas que possuem poderes causais ou potencialidades inerentes, podendo ou não ser exercidas e manifestadas em resultados específicos. Sua ontologia enfatiza mecanismos e processos causais em vez de entidades, estratificando a realidade em diferentes níveis: experiências, eventos e mecanismos. Cada nível é descrito por uma teoria diferente, e diferentes níveis se entrelaçam na geração de eventos. Essa ontologia implica em uma orientação epistêmica radicalmente diferente das doutrinas positivistas lógicas ou da filosofia analítica da ciência em geral, sugerindo que a previsão é impossível fora da ciência e que o esforço dos cientistas sociais deve se limitar à explicação.

A filosofia realista crítica das ciências sociais recebeu atenção considerável, mas também é criticada por aconselhar métodos não científicos e inadequados. Alguns argumentam que a ênfase na força explicativa pode abrir espaço para teorias não falsificáveis ou dificilmente refutáveis, enfraquecendo o aspecto normativo-ontológico do realismo.

Tony Lawson apresentou a sua abordagem, que é explicitamente normativa, no livro *Economics and Reality* (1997), estabeleceu a escola realista crítica na filosofia econômica. O ceticismo de Lawson em relação à prática atual da economia convencional se baseia na distinção entre o realismo crítico e outras abordagens, especialmente na pressuposição ontológica de que a economia é um sistema aberto, o que invalida a aplicação de métodos quantitativos como a econometria. Lawson sugere o uso de métodos "soft", como estudos de caso e triangulação, em vez disso.

A pesquisa de Lawson foi motivada pela crítica à falácia epistêmica, que sustenta que as questões ontológicas devem preceder as orientações epistêmicas ou metodológicas. Ele argumenta que a economia contemporânea negligencia considerações ontológicas, em parte devido à predominância do pensamento

popperiano (LAWSON, 1997, p. XII).

Lawson (1997, p. 29) contesta as premissas do positivismo lógico, defendendo que as ciências sociais devem ser tratadas de maneira diferente das ciências naturais devido à liberdade de escolha humana.

Para desenvolver uma metodologia realista crítica, Lawson questiona como o mundo deve ser para que a economia seja possível. Ele reconhece que as estruturas sociais são duradouras, mas altamente específicas no espaço e no tempo. Isso implica que as leis nas ciências sociais não são universais, dificultando a observação de regularidades empíricas. Assim, Lawson critica tanto a econometria quanto a modelagem teórica, argumentando que a complexidade do mundo social e a abertura do sistema tornam impossível a obtenção de leis empíricas na economia (MAZIARZ, 2018, p. 98-102)

Em vez disso, Lawson e seus seguidores advogam uma abordagem heterodoxa, centrada na explicação narrativa dos fenômenos econômicos. Eles rejeitam a modelagem econométrica e teórica em favor de métodos qualitativos que abordam a complexidade e a abertura do mundo social (MAZIARZ, 2018, p. 102).

## 5.6 CONSTRUTIVISMO

Conforme Boyd (1992, p. 131) apresenta, a filosofia da ciência contemporaneamente se divide em três direções principais: o empirismo aprimorado, o realismo científico e o construtivismo. Este último, focado na epistemologia, destaca o processo de criação e construção do conhecimento. Associado aos trabalhos de Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, o construtivismo enfatiza a incomensurabilidade entre teorias e defende o "vale tudo" como regra metodológica.

A filosofia construtivista da ciência diverge do realismo científico ao negar a existência independente dos fenômenos estudados e ao tratar as reivindicações teóricas como sendo meramente convencionais.

Na filosofia da economia, o construtivismo aborda a construção do conhecimento e a "performatividade" dos modelos econômicos. Neste campo, ele é basicamente identificado com o trabalho de Deidre McCloskey,<sup>8</sup> conhecida por

---

<sup>8</sup> Como sabido, McCloskey passou por uma cirurgia de mudança de sexo na década de 1990.

criticar a metodologia dominante nesse campo.

A abordagem mccloskiana, conforme é condensado por Maziarz (2018, p. 109-111), foca na descrição dos métodos de argumentação usados pelos economistas, rejeitando abordagens normativas na discussão metodológica. McCloskey aceita métodos empíricos e matemáticos, mas se opõe à prática dos economistas, argumentando que a economia enfatiza demasiadamente a modelagem matemática e busca por significância estatística. Ele critica a metodologia neopositivista da economia, alegando que as demandas por objetividade e verificabilidade empírica são frequentemente impossíveis de serem atendidas.

Quanto à verdade, McCloskey defende uma teoria da coerência. Ele apoia uma teoria da coerência da verdade como orientação epistêmica. A dificuldade em interpretar suas visões de verdade pode ser resolvida distinguindo entre as dimensões ontológica e epistêmica. McCloskey aconselha métodos de pesquisa semelhantes ao "vale-tudo" de Feyerabend, defendendo que os economistas devem empregar diversos métodos para formular argumentos persuasivos. Dentro desta perspectivista, a economia seria um processo "retórico", no qual os economistas estariam engajados em convencer os demais de suas ideias via bons argumentos discursivos (MCCLOSKEY, 1985).

---

Quando publicou os primeiros trabalhos sobre a retórica da economia, era conhecida como Donald McCloskey. Por coerência lógica e por respeito, no decorrer desse trabalho iremos sempre nomeá-la como Deirdre, independente da data da bibliografia usada.

## 6 ECONOMIA E ÉTICA

A influência dos valores éticos na economia do bem-estar e na política econômica foi e ainda é uma questão amplamente reconhecida por muitos economistas, conforme Hausman (2018) e Fleurbaey (2008) evidenciam. De bem sucinto, Abbagnano (2017, p. 380) define ética como sendo a “ciência da conduta”. No entanto, tradicionalmente, a teoria econômica pura tem sido percebida como sendo eticamente neutra, apartando-se das considerações deste tipo.

Sen (1999, p. 12-17) aponta duas tradições distintas da economia, ambas relacionadas à política: a “ética” e a “engenharia”. A tradição ética, que remonta a Aristóteles, relaciona a economia aos fins humanos e à busca do bem, envolvendo motivações e realizações sociais. Por outro lado, a abordagem da engenharia foca em questões logísticas e técnicas, visando a eficiência e a resolução prática de problemas econômicos, exemplificada por economistas como Leon Walras.

Embora a moderna economia tenha se distanciado da ética, concentrando-se na abordagem engenheira, o economista indiano argumenta que integrar considerações éticas pode enriquecer a economia, tornando-a mais completa e relevante tanto para questões econômicas quanto éticas.

Fleurbaey (2008) aponta que recentemente um conjunto significativo de teorias que utilizam as ferramentas analíticas formais da teoria econômica para conectar princípios básicos de ética social a critérios específicos para avaliar os diferentes aspectos sociais tem ganhado fôlego. Ainda que este conjunto de teorias não esteja completamente unificado e continue a ser objeto de debates e questões em aberto, o campo está em rápida evolução.

Neste capítulo, pretendemos oferecer uma visão ampla de alguns temas dentro da ideia de bem-estar e algumas visões alternativas que, mesmo não sendo diretamente derivadas da filosofia da economia, estão em grande contato com ela.

Antes, porém, julgamos útil fazer alguns comentários sobre a distinção positiva-normativa, já que estes são termos que aparecem muito recorrentemente nos trabalhos sobre economia e ética.

### 6.1 ECONOMIA NORMATIVA VS. POSITIVA

A natureza largamente consequencial das políticas econômicas na vida

cotidiana virtualmente sempre pode colocar os economistas na berlinda. A recomendação de Samuelson (1947, p. 220), ao afirmar que “É um exercício legítimo de análise econômica examinar as consequências de vários julgamentos de valor, sejam eles compartilhados ou não pelo teórico”, ainda é muito atual.

Sob este aspecto, dois entendimentos da ciência econômica, assumidos como fundamentalmente opostos entre si, acabam por sempre ser citados dentro de discussões envolvendo ética e teoria econômica. Na definição de Hausman (2018) são a economia positiva, que lida com fatos objetivos e é livre de valores (“o que é”), e a economia normativa, que envolve juízos de valor e prescrições éticas (“o que deveria ser”).

Este debate remonta à segmentação feita por John Neville Keynes em 1891,<sup>9</sup> porém foi o *Essay On the Nature and Significance of Economic Science* (1932) de Lionel Robbins que representou um divisor de água na adoção da distinção positiva/positiva dentro da economia (BLAUG, 1998, p. 371).

Os economistas convencionais defendem a manutenção dessa distinção como uma base fundamental da metodologia econômica, argumentando que há uma área bem definida de economia positiva que deve ser livre de valores. No entanto, segundo (BLAUG, 1998, p. 372) essa distinção tem sido contestada por economistas radicais e institucionalistas, como Gunnar Myrdal, que argumentam que é difícil separar claramente os aspectos descritivos dos normativos na prática econômica.

Hausman (2008) aponta problemas. Primeiramente, os economistas se deparam com a tarefa de interpretar objetivos muitas vezes mal definidos e restritivos fornecidos pelos formuladores de políticas. Além disso, a própria atividade econômica é moldada por valores, os quais podem ser diferentes dos que influenciam as políticas econômicas. A teoria econômica frequentemente pressupõe uma noção normativa de racionalidade individual, mas é difícil separar esses valores daqueles que governam as políticas sociais.

A influência das teorias econômicas nas percepções e comportamentos das pessoas também é abordada, com evidências sugerindo que a exposição a teorias que retratam os indivíduos como egoístas pode levar a uma maior aceitação e até adoção do comportamento egoísta. Além disso, os interesses próprios dos economistas e seus empregadores podem levar a vieses ideológicos na disciplina,

---

<sup>9</sup> E que incluía também a “economia prática”, abordando como transitar entre as duas (HUTCHISON, T. W. **'Positive' Economics and Policy Objectives**. New York: Routledge, 2003, p. 36-7).

como observado nas acaloradas polêmicas em torno das respostas políticas à grande recessão iniciada em 2008.

Blaug examina diferentes interpretações dos julgamentos de valor envolvidos na economia, destacando a complexidade de distinguir entre julgamentos de valor metodológicos e normativos. Além disso, discute como as premissas aparentemente normativas na economia podem, na verdade, ser consideradas como afirmações de fatos descritivos. Por exemplo, a teoria do bem-estar de Pareto é frequentemente vista como normativa devido ao seu pressuposto de soberania do consumidor, mas alguns argumentam que isso pode ser considerado como uma afirmação descritiva sobre as preferências individuais (BLAUG, 1998, p. 371).

Em última análise, o autor sugere que, embora os economistas possam tentar manter a economia positiva livre de valores, é difícil separar completamente os aspectos normativos dos descritivos na prática. Isso levanta questões sobre a objetividade da economia e destaca a importância de reconhecer e entender os julgamentos de valor subjacentes na análise econômica.

## 6.2 BEM-ESTAR

Uma questão central da filosofia moral tem sido determinar quais coisas são intrinsecamente boas para os seres humanos. A economia do bem-estar investiga os efeitos das atividades econômicas no bem-estar humano (HAUSMAN, 2018).

Este campo abrange uma ampla gama de tópicos, incluindo modelagem do comportamento individual e doméstico, critérios de benefício para a sociedade, impactos da distribuição de renda e riqueza no bem-estar, análise custo-benefício relativa a externalidades e muito mais. Para Dowding (2009), é onde os economistas expressam seus compromissos normativos, permitindo que outras partes da disciplina se concentrem em análises descritivas ou positivas das interações econômicas dentro de vários contextos institucionais.

A abordagem tradicional em economia do bem-estar muitas vezes começa com a noção de que o bem-estar humano está ligado à satisfação das preferências individuais, geralmente inferida a partir das escolhas das pessoas. Essa perspectiva fundamenta os dois teoremas fundamentais da economia do bem-estar, que afirmam a eficiência dos resultados de mercado sob certas condições.

O primeiro teorema fundamental da economia do bem-estar afirma que

qualquer equilíbrio de Walras é Pareto-eficiente. O segundo teorema afirma que qualquer alocação eficiente de Pareto pode ser realizada como um equilíbrio de Walras, desde que transferências de dotações iniciais sejam possíveis (REISS, 2013, p. 212).<sup>10</sup>

No entanto, surgem desafios em relação a bens públicos, assimetrias de informação e a aplicabilidade de pressupostos teóricos a questões de políticas do mundo real. Sen (1999) e Dowding (2009) apontam que as críticas a essa perspectiva destacam suas limitações em lidar com preocupações mais amplas, como direitos, liberdades e justiça social, e também questionam a adequação do uso da satisfação das preferências como medida de bem-estar, dada sua potencial insensibilidade a aspectos importantes do bem-estar humano.

### 6.3 OUTRAS ABORDAGENS: ECONOMIA COMPORTAMENTAL E PATERNALISMO LIBERTÁRIO

A economia comportamental é uma abordagem desenvolvida durante os anos 1980 por acadêmicos que consideravam as pressuposições psicológicas da economia convencional como inaceitavelmente irreais. Conforme exposto por Reiss (2013, p. 279), a contestação se concentrava nas suposições centrais da teoria da escolha racional, que constituíam os fundamentos principais da teoria econômica predominante na época.

A emergência dessa abordagem foi motivada por uma 'revolução cognitiva' na psicologia, na qual pesquisadores desafiaram a postura tradicional 'behaviorista' e começaram a desenvolver modelos computacionais das representações mentais e processos de aprendizagem dos indivíduos. Os proponentes da abordagem comportamental argumentavam que tornar os fundamentos psicológicos da análise econômica mais realista melhoraria o campo, gerando *insights* teóricos, fazendo previsões melhores e sugerindo políticas mais eficazes.

O sucesso da economia comportamental é em grande parte atribuído a uma

---

<sup>10</sup> Segundo as definições de Varian (2015), um equilíbrio de Walras é uma alocação de bens e um vetor de preços nos quais todos os consumidores maximizam a utilidade (as empresas maximizam os lucros) e todos os mercados se ajustam — ou seja, não há excesso de oferta ou demanda (p. 817). Já uma melhoria de Pareto é uma mudança de uma alocação dada para uma nova, de tal forma que a nova alocação seja preferida por pelo menos um agente e ninguém prefira a alocação antiga. Uma alocação é Pareto-eficiente se não houver melhorias de Pareto possíveis (p. 55).

inovadora troca científica interdisciplinar e uma boa retórica. Os economistas comportamentais trouxeram *insights* empíricos emocionantes das ciências cognitivas para a economia, mantendo os conceitos básicos, linguagem e técnicas de modelagem da economia convencional.

Angner & Loewenstein (2012) descrevem três fases no desenvolvimento da economia comportamental: aceitação e assimilação de resultados empíricos que identificaram anomalias e inconsistências na teoria da racionalidade padrão; desenvolvimento de teoria econômica inovadora com base em novas suposições empiricamente fundamentadas sobre a racionalidade e o comportamento humano individual; e uma fase ainda em curso caracterizada por tentativas de aplicar insights da economia comportamental à política pública.

Nos últimos anos, as discussões filosóficas em relação à economia comportamental se concentraram principalmente em quatro tópicos amplos: a viabilidade e os méritos epistêmicos da neuroeconomia; se a economia comportamental é verdadeiramente uma alternativa à economia neoclássica ou apenas uma variação mais sofisticada dela; a avaliação das implicações normativas e éticas da abordagem comportamental para a economia do bem-estar e para políticas públicas na forma de paternalismo libertário (MIRELES-FLORES, 2018, p. 111).

Em oposição, alguns autores questionam o quão revolucionária a economia comportamental realmente é. Berg & Gigerenzer (2010), por exemplo, sugerem que as várias ramificações da economia comportamental são essencialmente economia neoclássica disfarçada.

Ross (2014) vai além e aponta que a economia comportamental é apenas uma ramificação dentro da psicologia, pois ela não aborda adequadamente os fenômenos econômicos reais. Ele identifica um problema nominalista dentro desta nova abordagem, onde os mesmos termos podem até ser compartilhados entre economia e psicologia, porém eles exprimem conceitos diferentes.

O movimento cognitivo na economia teve um impacto notável nos debates de políticas públicas, especialmente em relação ao que é chamado de paternalismo libertário. Os livros *Nudge*<sup>11</sup> e *Animal Spirits*<sup>12</sup> contribuíram para a popularidade da economia comportamental e seu potencial político para além do debate acadêmico.

---

<sup>11</sup> Edição brasileira: Sunstein & Thaler (2021).

<sup>12</sup> Edição brasileira: Akerlof & Schiller (2009).

O paternalismo libertário, conforme a exposição de Reiss (2013, p. 293), consiste em intervenções políticas que influenciam sutilmente as escolhas das pessoas para que acabem escolhendo opções que as beneficiem, sem impor restrições diretas. Essas intervenções ocorrem na arquitetura da escolha, aproveitando os vieses e heurísticas comuns aos agentes individuais em situações reais de escolha. Isso levanta questões éticas sobre o respeito à liberdade individual e se o paternalismo libertário realmente promove a autonomia ou é uma forma de manipulação sutil.

O debate filosófico e ético sobre essas políticas é intenso, com questionamentos sobre como os formuladores de políticas podem determinar o que é melhor para as pessoas e se seria mais ético persuadi-las racionalmente em vez de empurrá-las. Heilmann (2013) oferece uma avaliação abrangente do debate, propondo condições conceituais e práticas para a implementação transparente e justificada de políticas de empurrão. Para ele, o sucesso estreito dessas intervenções pode não ser suficiente para justificar plenamente a atitude paternalista.

## 7 INTERDISCIPLINARIDADE DA CIÊNCIA ECONÔMICA

Julgamos apresentar brevemente a filosofia da economia dentro da tendência e debate mais amplos da interdisciplinaridade da ciência econômica.

Froedman (2010, p. 35) aponta que o conceito de “interdisciplinaridade” é um objeto de fronteira que teve significados diferentes para momentos e grupos igualmente diversos, mas é mais comumente usado para abranger todas as abordagens de conhecimento que vão além de um determinada moldura disciplinar, ou mais especificamente para a integração intra-acadêmica de diferentes tipos de conhecimento disciplinar.

O impulso pela interdisciplinaridade, na análise de Mäki (2016), vem da percepção de que a ciência perdeu sua unidade devido às especializações extremas. Além disso, muitos problemas e desafios do mundo real não se encaixam nas divisões disciplinares da ciência. Portanto, abordar esses problemas requer a combinação de recursos e conhecimentos de diferentes áreas.

A crescente pressão para essa abordagem é motivada pela demanda social e pelas pressões políticas e comerciais. Isso também destaca a lacuna entre a especialização estreita da pesquisa científica e a complexidade dos problemas do mundo real. A solução envolve a colaboração entre disciplinas e agentes extra-científicos para enfrentar esses desafios.

Cruz e Silva (2019, p. 74-79) defende a economia como uma ciência social interdisciplinar, baseando-se na perspectiva coerentista. A coerência, entendida como inferibilidade mútua dentro de um sistema de crenças, seria crucial para estabelecer limites disciplinares e integrar perspectivas diversas.

A interdisciplinaridade é vista como a abordagem mais eficaz para integrar perspectivas diversas enquanto mantém a autonomia disciplinar. O autor argumenta que ela reduzirá anomalias inexplicadas no raciocínio econômico ao incorporar *insights* de disciplinas vizinhas e desafiar suposições implícitas dentro da economia. Para este movimento, são sugeridas a acomodação e a reforma gradual dentro das estruturas disciplinares existentes, em vez de uma reforma radical.

Hoffmann *et al.* (2012) propõem que a interdisciplinaridade pode ser percebida como um desafio mais fundamental para a própria filosofia; ou seja, como um desafio para a auto compreensão e auto conceitualização da filosofia como uma disciplina acadêmica, incluindo suas formas de institucionalização com

procedimentos de financiamento, carreiras acadêmicas, programas de cursos e métodos de ensino.

A abordagem da “filosofia como interdisciplinaridade” parte da questionamento do status acadêmico da filosofia como uma disciplina com suas conhecidas especializações, abordagens metodológicas e interesses e tenta vislumbrar novas formas de prática filosófica, institucionalização e produtos cujo denominador comum é incorporar a filosofia em colaborações inter e transdisciplinares.

## 7.1 IMPERIALISMO DA CIÊNCIA ECONÔMICA

Como o tema deste trabalho trata da interdisciplinaridade da ciência econômica com outro campo do conhecimento humano, julgamos pertinente também comentar sobre o tópico espinhoso do imperialismo da ciência econômica (*economics imperialism*).

O imperialismo da ciência econômica é identificado como uma das principais modalidades do imperialismo científico (*scientific imperialism*), fenômeno que Mäki *et al.* (2018, p. 1) definem como sendo o movimento em que uma disciplina científica invade o domínio de outra. O imperialismo econômico, conforme discutido por Cruz e Silva (2019, p. 29-30), não se trata de uma colaboração interdisciplinar holística, mas sim da dominação dos princípios econômicos sobre outras ciências sociais. Essa dominação levanta questões sobre a autonomia e diversidade dessas disciplinas.

O fenômeno mencionado acima acaba levantando questões cruciais para a filosofia da ciência, já que ele desafia duas noções centrais na ciência atual: a ideia de que teorias científicas mais amplas são sempre melhores e a crença de que a interdisciplinaridade é invariavelmente benéfica (MÄKI *et al.*, 2018, p. 1).

Primeiro, ao revelar casos nos quais a expansão de uma disciplina científica para outra não necessariamente contribui para o sucesso epistêmico, o imperialismo científico desafia a visão tradicional de que quanto mais ampla for a abrangência de uma teoria científica, melhor. Em outras palavras, ele questiona se a amplitude em si é uma virtude epistêmica ou não.

Segundo, o estudo do imperialismo científico também examina e contesta o

que têm sido considerados os benefícios indiscutíveis de promover relações interdisciplinares na academia. Pelo contrário, ele pede uma análise mais sofisticada e detalhada das relações interdisciplinares, visando uma compreensão mais equilibrada dos prós e contras das interações interdisciplinares. Isso é considerado desejável, e o foco em casos de imperialismo científico ajudaria a entender melhor os limites da interdisciplinaridade.

A visão de que a economia seria uma ciência com características especiais, o que a permitiria ter uma relação especial com as outras ciências, não é nova. Schumpeter (1994, p. 10, *apud* Erreygers, 2001, p.1), por exemplo, já manifestava uma visão deste tipo, conforme o trecho abaixo:

"[O] processo de especialização nunca ocorreu de acordo com qualquer plano racional - seja ele explicitamente preconcebido ou apenas objetivamente presente — de modo que a ciência como um todo nunca alcançou uma arquitetura logicamente consistente; ela é uma floresta tropical, não um edifício erguido de acordo com uma planta-baixa. [...] Uma das consequências disso é que as fronteiras das ciências individuais ou da maioria delas estão em constante mudança e não faz sentido tentar defini-las por assunto ou por método. Isso se aplica particularmente à economia, que não é uma ciência no sentido em que a acústica é uma, mas sim um aglomerado de campos de pesquisa mal coordenados e sobrepostos do mesmo modo que 'medicina' (tradução nossa)."

Podemos identificar em parte dos autores, especialmente após os trabalhos de Dupré (1994), uma definição normativa do imperialismo científico, que mantém a força da metáfora política. Eles buscam delinear uma distinção entre a expansão disciplinar (*disciplinary expansion*) e o imperialismo científico, onde este último é um termo pejorativo.

Por outro lado, outros seguem uma abordagem descritiva, mais próxima de Mäki (2009b), e desejam defini-lo de forma neutra para, em seguida, discutir sobre imperialismo “bom” ou “ruim”. Mäki também assinala diferentes facetas do imperialismo intelectual, incluindo questões relacionadas ao poder e prestígio acadêmico (imperialismo do *status*), métodos de pesquisa e padrões (imperialismo de estilo) e a gama de fenômenos explicados por uma disciplina (imperialismo de escopo).

Amadae (2018) aponta uma relação entre este tópico com a emergência da teoria da escolha racional e da teoria dos jogos. De fato, a autora afirma que o fenômeno do "imperialismo da ciência econômica" pode ser descrito mais

precisamente como sendo “imperialismo da escolha racional” (*rational choice imperialism*), e não apenas como uma mera expansão da economia neoclássica para outros campos.<sup>13</sup> Essa perspectiva significaria um estreitamento do escopo da análise social por uma lupa econômica específica.

Chassonnery-Zaïgouche (2018, p. 164-5) propõe uma definição de imperialismo econômico baseada na expansão das fronteiras disciplinares e na substituição de explicações existentes por abordagens econômicas consideradas superiores. Ele examina o imperialismo econômico sob dois aspectos: o teórico, quando uma explicação econômica é aceita como melhor pelas outras disciplinas, e o prático, quando a economia substitui outras ciências em usos cotidianos.

---

<sup>13</sup> A escolha racional representa uma mudança na compreensão da agência humana, enfatizando a competição estratégica para satisfazer preferências. Essa abordagem se expandiu para várias áreas além da economia, notadamente para sociologia, direito e ciência política (AMADAE, 2018).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos apresentar ao público uma breve visão geral da disciplina de filosofia da economia, utilizando o método da revisão bibliográfica. Dada a natureza introdutória deste texto, seria leviano expor grandes conclusões nesta sessão. Ao invés disso, preferimos compartilhar algumas impressões gerais que o processo de elaboração e a leitura da bibliografia provocaram.

É interessante observar a ampla diversidade de perspectivas dentro da economia, especialmente quando se adota uma abordagem radical da reflexão econômica (radical aqui no sentido de ir à raiz de uma questão). A economia sempre desfrutou de grande prestígio dentro do debate público, e mesmo que se fale que a confiança nos economistas possa estar abalada, argumentos de fundamentação econômica são frequentemente apresentados como a cartada final em discussões públicas.

A ciência econômica exerce um impacto social fundamental, e as ideias dos economistas têm um impacto perene na vida das pessoas. Ideias econômicas desastradas podem resultar em perdas financeiras, problemas de saúde, desemprego e até mesmo na perda de vidas humanas. Por outro lado, a incerteza econômica muitas vezes é utilizada não tanto para promover uma reflexão mais profunda, mas para justificar a inação dos agentes públicos.

As preocupações com as repercussões das ações dos agentes, mais recentemente representadas pelo tripé ESG (*Environment, Social, Governance*), o novo clichê publicitário do momento, não devem ser enquadradas em uma declaração de boas intenções. É crucial que os economistas não apenas examinem seus pressupostos subjacentes, mas também o papel que desempenham no panorama global e quais interesses estão realmente servindo. Resta saber se os economistas estão dispostos em ir tão a fundo em sua auto-análise.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2007.

AKERLOF, G. A.; SHILLER, R. J. **O Espírito Animal: Como a Psicologia Humana Impulsiona a Economia e Sua Importância para o Capitalismo Global**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

AMADAE, S. M. Economics imperialism reconsidered. In: MÄKI, U.; WALSH, A.; PINTO, M. F. (Eds.). **Scientific Imperialism: Exploring the Boundaries of Interdisciplinarity**. London: Routledge, 2018.

ANGNER, E. & LOEWENSTEIN, G. Behavioral economics. In: MÄKI, U. **Handbook of the Philosophy of Science, volume 13: Economics**. North Holland: Elsevier, 2012. p. 25–48.

ARONSON, J. **A realist philosophy of science**. London: The MacMillan Press, 1984.

BACKHOUSE, R. E. The Rise and Fall of Popper and Lakatos in Economics. In: MÄKI, U. **Handbook of the Philosophy of Science, volume 13: Economics**. North Holland: Elsevier, 2012. p. 25–48.

BERG, N. & GIGERENZER, G. As-if behavioral economics: Neoclassical economics in disguise? **History of Economic Ideas**, v. 18, n. 1, p. 133-166, 2010.

BLAUG, M. **The Methodology of Economics: Or, How Economists Explain**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. Positive-Normative Distinction, The. In: DAVIS, J. B.; HANDS, D. W.; MÄKI, U. (Eds.). **The Handbook of Economic Methodology**. Northampton: E. Elgar, 1998. p. 370-374.

BOLAND, L. Current views on economic positivism. In: Bleaney, M., Greenaway, D., Stewart, I. (Eds.). **Companion to contemporary economic thought**. New York: Routledge, 1991. p. 88-104.

\_\_\_\_\_. Philosophy of Economics versus Methodology of Economics. **Studia Metodologiczne**, v. 36, p. 17-26, 2016.

BOYD, R. The Current Status of the Issue of Scientific Realism. **Erkenntnis**, v. 19, n. 1-3, 1983, p. 45-90.

\_\_\_\_\_. Constructivism, realism, and philosophical method. In: Earman J. (Ed.). **Inference, explanation, and other frustrations: Essays in the philosophy of science**. Los Angeles: University of California Press, 1992. p. 131-198.

CALDWELL, B. J. Clarifying Popper. **Journal of Economic Literature**, v. 29, n. 1, p. 1-33, 1991.

CHASSONNERY-ZAÏGOUCHE, C. Crossing boundaries, displacing previous knowledge and claiming superiority: Is the economics of discrimination a conquest of economics imperialism?. In: MÄKI, U.; WALSH, A.; PINTO, M. F. (Eds.). **Scientific Imperialism: Exploring the Boundaries of Interdisciplinarity**. London: Routledge, 2018.

COUTINHO, M. C. **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec, 1993.

CRUZ E SILVA, V. N. L. **Essays on the Interdisciplinarity between Economics and the Neighboring Social Sciences: Historiography, Measurement and Normativity**. 2019. 104 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

DAVIS, J. B.; HANDS, D. W.; MÄKI, U. (Eds.). **The Handbook of Economic Methodology**. Northampton: E. Elgar, 1998.

DE MARCHI, N. Popper and the LSE economists. In: DE MARCHI, N. (Ed.). **The Popperian Legacy in Economics: Papers Presented at a Symposium in Amsterdam, December 1985**. 1988.

DUPRÉ, J. Against Scientific Imperialism. **Philosophy of Science Association**, v. 2, p. 374-381, 1994.

ERREYGERS, G. (Ed.). **Economics and Interdisciplinary Exchange**. London: Routledge, 2001.

FLEURBAEY, M. ethics and economics. In: DURLAUF, S. N. and BLUME, L. E. (Eds.). **The New Palgrave Dictionary of Economics**. 2<sup>a</sup> ed. New York: Palgrave Macmillan, 2008. Vol. 3, p. 36-44.

FRIEDMAN, M. The methodology of positive economics. In: **Essays in Positive Economics**. Chicago: Chicago University Press, 1953. p. 3-43.

FRODEMAN, R. The Future of Interdisciplinarity: An Introduction to the 2nd Edition. In.: FRODEMAN, R.; KLEIN, J. ; MITCHAM C. (Eds.). **The Oxford handbook of interdisciplinarity**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HANDS, D. W. Karl Popper and economic methodology: a new look. **Economics & Philosophy**, v. 1, n. 1, 1985, p. 83-99.

\_\_\_\_\_. Falsification, Situational Analysis and Scientific Research Programs: The Popperian Tradition in Economic Methodology. In: DE MARCHI, N. (Ed.). **Post-Popperian economic methodology**. Michigan: Kluwer Academic Publishing, 1992, p. 19-54.

HAUSMAN, D. M. **The Inexact and Separate Science of Economics**. Cambridge:

Cambridge University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. Popper and Lakatos in Economic Methodology. In: MAKI, U.; GUSTAFSSON, B.; KNUDSEN, C. (Eds.). **Rationality, Institutions and Economic Methodology**. London: Routledge, 1993. p. 61–75.

\_\_\_\_\_. **The philosophy of economics: an anthology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. Philosophy of Economics: A Retrospective Reflection. **Revue de philosophie économique**, v. 18, n. 2, p. 185–202, 2017.

\_\_\_\_\_. Philosophy of Economics. In: ZALTA, E. N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2021/entries/economics/>. Acesso em: 2024.

HAMMOND, J. D. Frank Knight's Antipositivism. **History of Political Economy**, v. 23, p. 355–381, 1991.

\_\_\_\_\_. An interview with Milton Friedman on methodology. In: CALDWELL, B. (ed). **The Philosophy and Method of Economics**, vol. 1. Cheltenham: Edward Elgar, 1993. p. 216-238.

HÉDOIN, C. Philosophy and Economics: Recent Issues and Perspectives. Introduction to the Special Issue. **Revue d'économie politique**, v. 128, n. 2, p. 177-189, 2018.

HEILMANN, C. Success conditions for nudges: a methodological critique of libertarian paternalism. **European Journal for Philosophy of Science**, v. 4, n. 1, p. 75–94, 2013.

HOFFMANN, M. H. G.; SCHMIDT, J. C.; NERSSESIAN, J. Philosophy of and as interdisciplinarity. **Synthese**, v. 190, n. 11, p. 1857–1864, 2012.

KINCAID, H.; ROSS, D. (Eds.). **The Oxford Handbook of Philosophy of Economics**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LAKATOS, I. **The Methodology of Scientific Research Programmes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

LAUDAN, L. A Confutation of Convergent Realism. **Philosophy of Science**, v. 48, n. 1, 1981, p. 19-49.

LAWSON, T. **Economics and reality**. London: Routledge, 1997.

LEVY, D. **Interview with Milton Friedman**. Minneapolis Federal Reserve Bank, 1 jun 1992. Disponível em: <https://www.minneapolisfed.org/article/1992/interview-with-milton-friedman>. Acesso em: 2023.

MÄKI, U. Scientific Realism and Some Peculiarities of Economics. In: COHEN, R. S.; HILPINEN, R.; RENZONG, Q. (Eds.). **Realism and Anti-realism in the Philosophy of Science**. Dordrecht: Kluwer, 1996. p. 427-447.

\_\_\_\_\_. Is Coase a Realist? **Philosophy of the Social Sciences**, v. 28, n. 1, 1998a, p. 5-31.

\_\_\_\_\_. Instrumentalism. In: DAVIS, J. B.; HANDS, D. W.; MÄKI, U. (Eds.). **The Handbook of Economic Methodology**. Northampton: E. Elgar, 1998b. p. 253-256.

\_\_\_\_\_. Models are experiments, experiments are models. **Journal of Economic Methodology**, v. 12, n. 2, 2005, p. 303-315.

\_\_\_\_\_. Unrealistic assumptions and unnecessary confusions: Rereading and rewriting F53 as a realist statement. In: MÄKI, U. (ed). **The Methodology of Positive Economics: Reflections on the Milton Friedman legacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009a. p. 90-116.

\_\_\_\_\_. Economics Imperialism: Concept and Constraints. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 39, p. 351-380, 2009b.

\_\_\_\_\_. Mark Blaug's unrealistic crusade for realistic economics. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, v. 6, n. 3, p. 87-103, 2014.

\_\_\_\_\_. Philosophy of interdisciplinarity. What? Why? How? **European Journal for Philosophy of Science**, v. 6, n. 3, p. 327-342, 2016

\_\_\_\_\_. The field: tasks, pasts, futures. **Journal of Economic Methodology**, v. 28, n. 1, p. 3–13, 2021.

MÄKI, U.; WALSH, A.; PINTO, M. F. (Eds.). **Scientific Imperialism: Exploring the Boundaries of Interdisciplinarity**. London: Routledge, 2018.

MAZIARZ, M. **Disentangling the Philosophy of Economics**. Warszawa: Institute for Market, Consumption and Business Cycles Research, 2018.

MCCLOSKEY, D. N. The Rhetoric of Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 21, n. 2, p. 481-517, 1983.

\_\_\_\_\_. Why I am no longer a positivist. **Review of Social Economy**, v. 47, n. 3, p. 225-238, 1989.

MCGREW, T.; ALSPECTOR-KELLY, M.; ALLHOFF, F. **Philosophy of Science: A Historical Anthology**. Oxford: Willey-Black, 2009.

MIRELES-FLORES, L. Recent Trends in Economic Methodology: A Literature Review. In: FIORITO, L.; SCHEALL, S.; SUPRINYAK, C. E. (Eds.). **Research in the History of Economic Thought and Methodology**. Bingley: Emerald Group Publishing, 2018. p. 93-126

MIROWSKI, P. (Ed.). **The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective**. Harvard: Harvard University Press, 2009.

OLIVEIRA, M. K.; et al. (org.). **Textos selecionados de filosofia da economia**. Pelotas: Editora da UFPel, 2022.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

REISS, J. **The explanation paradox**. *Journal of Economic Methodology*, v. 19, n. 1, p. 43-62, 2012

\_\_\_\_\_. **Philosophy of economics: a contemporary introduction**. New York: Routledge, 2013.

ROLIN, K. Scientific imperialism and epistemic injustice. In: MÄKI, U.; WALSH, A.; PINTO, M. F. (Eds.). **Scientific Imperialism: Exploring the Boundaries of Interdisciplinarity**. London: Routledge, 2018.

ROSS, D. **Philosophy of Economics**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

SAMUELSON, P. A. **Foundations of Economic Analysis**. Cambridge: Harvard University Press, 1947.

SCHINCKUS, C. Is econophysics a new discipline? The neopositivist argument. **Physica A: Statistical Mechanics and its Applications**, v. 389, n. 18, p. 3814-3821, 2010.

SCHUMPETER, J. A. **History of Economic Analysis**. London: Routledge, 1994.

SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SUNSTEIN, C. R.; THALER, R. H. **Nudge: como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

UEBEL, T. Vienna Circle. In: ZALTA, E. N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/vienna-circle>. Acesso em: 2024.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: uma abordagem moderna**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015

WHAT WENT WRONG WITH ECONOMICS. **The Economist**, 16 jul. 2009. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2009/07/16/what-went-wrong-with-economics>. Acesso em: 2023.

WIBLE, J. R. The instrumentalisms of Dewey and Friedman. **Journal of Economic Issues**, v. 18, n. 4, p. 1049-1070, 1984.